

..... Artigo

O “Sujeito em Construção”: Um Diálogo entre o pensamento de Paulo Freire e de Teóricos da Sociologia

DOI: <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2021i29p97-110>

Marisa do Espírito Santo Borin ¹

Resumo: O artigo apresenta um diálogo entre o pensamento do Educador Paulo Freire e alguns teóricos da Sociologia em torno da conceituação de “sujeito em construção”. Justifica-se essa escolha pelo fato de que o pensamento freiriano mergulha profundamente nas grandes questões do ser humano possibilitando interconexões com a Sociologia cujo foco é o ser social, por meio de complexas relações e dinâmicas da vida social. Este diálogo tornou possível um desatar de conceitos que estão envolvidos no processo de análise do “sujeito em construção”.

Palavras-chave: Paulo Freire; sujeito em construção; cidadania; liberdade; direitos humanos.

Abstract: The article presents a dialogue between the thinking of Educator Paulo Freire and some theorists of Sociology around the conceptualization of “subject in construction”. This choice is justified by the fact that Freire’s thought delves deeply into the great questions of the human being, enabling interconnections with Sociology whose focus is the social being, through complex relationships and dynamics of social life. This dialogue made possible an untying of concepts that are involved in the analysis process of the “subject under construction”.

Keywords: Paulo Freire: subject under construction; citizenship; freedom; human rights

INTRODUÇÃO

A escolha do tema deste artigo se justifica pelo fato de que o pensamento freiriano tem, por decorrência de suas análises, interconexões de áreas correlatas com a Sociologia que possui, por vocação, a análise do ser humano nas suas condições complexas de relações sociais e dinâmicas da vida social.

¹ Mestre e Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC/SP. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles de São Paulo.

Desta forma, a proposta é uma tentativa de contribuir para a construção de um “diálogo” entre a concepção freiriana e outros pensadores do campo sociológico, que se apresentam de forma relevante para tal análise.

A concepção de “sujeito em construção” traduz a ideia de que ele sempre “está sendo”. Neste sentido, Paulo Freire explica que “o inacabamento do ser humano ou sua inconclusão é próprio da experiência humana. Onde há vida, há inacabamento” (2015a, p.50)

Hannah Arendt (1995, p.17) nos auxilia nessa reflexão quando aponta que “A condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a *vida activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas. Nesta direção Paulo Freire reforça tal ideia:

Gosto de ser gente porque, inacabado sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Gosto de ser gente porque, como tal, percebo afinal que a construção da minha presença no mundo, que não se faz no isolamento, isenta das forças sociais, que não se compreende fora da tensão entre o que herdo geneticamente e o que herdo social, cultural e historicamente, (FREIRE, 2015a, p.52.)

Norbert Elias (1994), ao analisar como os seres se ligam uns aos outros em uma sociedade, evidencia que as relações se formam a partir de uma direção de mão dupla. O indivíduo é transformado pela sociedade, mas também a transforma e, portanto, nem o indivíduo e nem a sociedade existem um sem o outro.

Por sua vez, o sociólogo George Simmel (1983) nos diz que a sociabilidade é uma condição inerente e gerada pelas formas sociais, que são resultantes de múltiplas combinações interacionais acionadas pelos propósitos, impulsos e desejos dos indivíduos que se formam em uma dada sociedade.

Em outra direção, Sennett (2012) aponta que a “cooperação azeita a máquina de concretização das coisas, e a partilha é capaz de compensar aquilo que acaso nos falte individualmente.” A cooperação é uma arte e as bases para a hábil cooperação estão em aprender ouvir bem e avaliar, em vez de duelar verbalmente. Paulo Freire nos diz:

Os homens e [mulheres] humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistem em liberdade. Aos que constroem juntos o mundo humano, compete assumirem a responsabilidade de dar-lhe direção. Dizer a sua palavra equivale a assumir conscientemente, como trabalhador[a] a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores - o povo, (FREIRE, 1979, p.15).

Abordando-se a questão do sujeito, é importante se observar que nas sociedades pré-modernas o indivíduo nunca foi foco de análise, mas sim a comunidade em que esteve inserido. O homem só existe como parte do coletivo- do clã, da *gens*, da *polis*, do feudo, da nação, conforme nos aponta Rouanet, (2003, p.15). É com a modernidade que o indivíduo passa a ser titular de direitos e não apenas obrigações, como nas antigas éticas religiosas e comunitárias. Entre esses direitos aparece o direito à felicidade. O indivíduo passa a ser livre. É, assim, o momento em que se torna sujeito de seus atos.

Este momento vindo pelo modelo civilizatório da modernidade traz forte componente do pensamento freiriano, pois a liberdade é dada para o sujeito, para construir o seu projeto e trajetória de vida e não apenas para inseri-lo no mundo. Segundo Paulo Freire, “é a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas também sujeito da História (FREIRE, 2015a, p.53).

Quando se fala em liberdade e direitos, se pensa em cidadania. O que é ser cidadão? Embora cidadania não seja uma categoria estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço, de imediato, pode-se afirmar que, no projeto da modernidade, ser cidadão significa ter direitos e deveres. É exatamente esta a compreensão de Paulo Freire quando diz:

[...] reencontrar-se como sujeito e liberar-se, é todo o sentido do compromisso histórico. Já a antropologia sugere que a “*práxis*, se humana e humanizadora, é a prática da liberdade. ...A consciência emerge do mundo vivido, objetiva-o, problematiza-o, compreende-o como projeto humano (FREIRE, 1979, p.11).

Segundo Covre (2005), o sujeito se forma a partir da capacidade de autorreflexão sobre si próprio, de reflexão contínua sobre as próprias experiências. “Ser sujeito” é condição necessária para um real exercício da cidadania, porque é o “ser sujeito” que serve de base para o despontar do “sujeito-cidadão”.

A proposta mais promissora de cidadania é a de que todos os homens são iguais perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor. Covre (1991) afirma ainda que

ser cidadão significa ter direitos e deveres, ser súdito e ser soberano. A todos cabe o domínio sobre o seu corpo e sua vida, o acesso a uma condição econômica que possa promover e reproduzir a sua própria vida, o direito à educação, à saúde, à habitação e ao lazer. Ser cidadão é, também, participar de grupos sociais, partidos políticos, movimentos sociais, entre outras formas de inserção; ou seja, de se expressar livremente na vida social e política de um país e de uma sociedade.

Quanto a este complexo e relevante contexto de cidadania Paulo Freire se manifesta, de forma enfática e devidamente abrangente, como requer tal conceituação.

Aprender e buscar, a que necessariamente se juntam ensinar e conhecer que, por sua vez, não podem prescindir de liberdade, não enquanto doação, mas enquanto algo indispensável e necessário, enquanto um “*sine qua non*” porque temos de brigar incessantemente, fazem parte de nossa forma de estar sendo no mundo. E é exatamente porque somos programados, mas não determinados, somos condicionados, mas, ao mesmo tempo, conscientes do condicionamento, é que nos tornamos aptos a lutar pela liberdade como processo e não como ponto de chegada (FREIRE, 2015b, p.94).

Por outro lado, também há deveres: cabe a cada cidadão lutar pelos direitos de todos, exercer a prática de reivindicações para o bem coletivo, buscar os caminhos para o alcance dos direitos civis, políticos e sociais e para a existência de uma sociedade democrática e igualitária, que garanta o direito à vida no sentido pleno. Os direitos de uns carecem dos direitos dos outros. Afinal, a cidadania se desenvolve em comunidades de cidadãos responsáveis, por meio da sociedade civil. Para Paulo Freire, o exercício da cidadania está vinculado à responsabilidade política, conforme se pode ver explicitado no texto que se segue:

A responsabilidade que temos todos e todas, enquanto seres sociais e históricos, portadores de uma subjetividade que joga papel importante na história, no processo deste movimento contraditório entre autoridade e liberdade é de indiscutível importância. Responsabilidade política, social, pedagógica, ética, estética, científica. Mas, ao reconhecer a responsabilidade política, superemos a politiquice, ao sublinhar a responsabilidade social, digamos não aos interesses puramente individualistas, ao reconhecermos os deveres pedagógicos, deixemos de lado as ilusões pedagogistas, ao demandar a eticidade, fuçamos da feiura do *puritanismo* e nos entreguemos à invenção da boniteza da pureza. Finalmente ao aceitarmos a responsabilidade científica, recusemos a distorção científicista” (FREIRE, 2015b, p.173).

Para Gohn (2005, p.30), cidadania é um processo em que se encontram redes de relações, conjuntos de práticas (sociais, econômicas, políticas, culturais), tramas de articulações que explicam e, ao mesmo tempo, sempre estão abertas para que se redefinam as relações dos indivíduos e grupos com o Estado. Este é sempre elemento referencial definidor porque é na esfera pública estatal que se asseguram os direitos, da promulgação à garantia de acesso, e as sanções cabíveis pelo descumprimento dos direitos normatizados e institucionalizados.

Desta forma, a cidadania envolve necessariamente um esforço de participação dos indivíduos na vida social, tornando-os protagonistas de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalineadora, que permita a mudança e a transformação social, passando por um processo subjetivo à medida que desvelam o significado das coisas e os fenômenos com que se defrontam. Os indivíduos, de atores sociais, transformam-se em sujeitos, autores de ações históricas que ultrapassam as ações contidas no desempenho individual ou grupal. (GOHN, 2005).

Na concepção freireana estão explicitadas estas condições da crítica que permite se supere a alienação, assim como também se ressalta, ao lado da compreensão do mundo, a tarefa de comunicação da compreensão alcançada pelo sujeito, conforme se vê destacado a seguir.

[...] como ser humano, não devo nem posso abdicar da possibilidade que veio sendo construída, social e historicamente, em nossa experiência existencial, de, intervindo no mundo, inteli-lo e, em consequência, comunicar o intelegido. A inteligência do mundo, tão apreendida quanto produzida e a comunicabilidade do intelegido são tarefas de sujeito, em cujo processo ele precisa e deve tornar-se cada vez mais crítico (FREIRE, 2000b, p.31).

Este pensamento de Paulo Freire aponta para a necessidade da busca da autonomia, que se obtém quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico, que possa saber ler e interpretar o mundo, ou seja, quando adquire uma linguagem que o possibilita participar da vida social, compreendendo, se expressando e se manifestando por conta própria e enfatiza a condição de risco, inerente ao próprio ser humano. Assim ele nos diz:

Uma característica dos seres humanos é a possibilidade de arriscar-se e uma das coisas mais bonitas é correr risco. Esse correr risco e

arriscar-se como boniteza está implícito na “aventura” de saber e de viver com responsabilidade” (FREIRE, 2009, p.47)

Por sua vez, o cultivo da liberdade é, também e sempre, o cultivo da diversidade. Esta é uma ideia realçada no pensamento de Paulo Freire, em que a vida nos oferece para sermos felizes. É a presença e consciência do outro em nós que dá forças para nossas próprias lutas e conquistas. Os indivíduos adquirem autonomia quando constroem uma relação ética e política a respeito do outro.

Toda ação emancipadora é revestida da consciência da existência do outro. Mas, quem é este outro? O outro aparece para o sujeito como um fragmento da humanidade inteira e, conseqüentemente, se ele se sente e se quer parte da espécie humana, não pode permanecer surdo ou cego à sua palavra, ao seu desamparo, quem sabe, ou, de todo modo, à sua existência. Recusar o outro seria cair no narcisismo mais mortífero (ENRIQUEZ, 2004).

As sociedades democráticas modernas, pelo menos em seus postulados gerais, baseiam-se na defesa do direito à diferença para afirmar a tolerância como valor fundamental da vida em sociedade. Paulo Freire, neta direção, nos diz:

Acho que uma das melhores coisas que podemos experimentar na vida, homem ou mulher, é a boniteza em nossas relações, mesmo que, de vez em quando, salpicadas de descompassos que simplesmente comprovam a nossa ‘gentetude’ (FREIRE, 2014, p.89)

Contudo, embora o projeto civilizatório moderno tenha como fundamento os ideais de universalidade, individualidade e autonomia, que prometiam trazer a clareza e transparência para a vida humana, por meio da razão, isto não aconteceu. Segundo Bauman (1999), a falência do projeto iluminista requer novas modalidades de reflexão, e que a pós-modernidade possa ser uma época de reconciliação com a ambivalência, o momento de aprender como viver em um mundo implacavelmente ambíguo.

A modernidade denuncia as desigualdades e os desencontros, evidencia os problemas e as contradições e anuncia as promessas do progresso linear sem mostrar como efetivamente realizá-las. Temos, neste momento, que decifrar e viver as conseqüências da modernidade. É um fenômeno ambíguo, tendo em vista que as instituições modernas criaram oportunidades para que os indivíduos possam desfrutar de

uma vida segura e confortável e, por outro lado, apresentam-se os riscos e a incerteza, o medo e a insegurança e a inclusão/exclusão social.

Contudo, a individualização veio para ficar e não é concebível fora da sociedade democrática. Segundo Bauman (2009), a individualidade traz, para um número sempre crescente de homens e mulheres, uma liberdade sem precedentes, mas também traz uma tarefa árdua de lidar com as suas consequências e indeterminações. A individualização nos leva a ver que nossas ansiedades individuais são compartilhadas, têm raízes sociais e não individuais e só podem ser enfrentadas de maneira eficaz se a tarefa for empreendida coletivamente.

O conhecimento, por mais parcial ou fragmentado que possa ser, a respeito de como funciona o mundo social, continua e se baseia nas ações e interações das pessoas em seu viver cotidiano. Bauman (2007) afirma que, embora o direito e o dever da livre escolha sejam premissas tácitas ou reconhecidas da individualidade, não são suficientes para assegurar que o direito a esta possa ser usado. Portanto, a prática da liberdade não necessariamente corresponde ao padrão imposto pelo dever da livre escolha.

O mundo se apresenta em uma dupla dimensão. A primeira é a que chamamos natureza. É o mundo que independe do homem para existir. O segundo aspecto, mais significativo, é o que chamamos de cultura, mundo transformado pelo homem. A primeira coisa que leva os homens a fazerem cultura é a necessidade de organizar sua vida e garantir a sobrevivência. Nesse processo, eles põem em ação sua razão e sua criatividade.

É importante que, na prática do desvelamento da realidade social, no processo conscientizador, que a realidade seja apreendida não como algo *que é*, mas como *devenir*, como algo *que está sendo*. Mas se está sendo, no jogo da permanência e da mudança, e, se não é ela o agente de tal jogo, é que este resulta da prática de seres humanos sobre ela. (FREIRE, 1977, p.145)

A ação dos homens em sociedade, produzindo a sua vida e conferindo-lhe significado, é uma ação que tem um caráter político. A ideia de política está associada indissolúvelmente à de poder. Não há vida social que não seja política, pois é em função de fins específicos, definidos por certos interesses, que os homens estabelecem suas

relações com a natureza e uns com os outros, articulando em sua ação sua vontade com as condições concretas do contexto em que vivem (RIOS, 1993).

É a responsabilidade que se encontra articulada com a liberdade, conceito que representa o eixo central da reflexão de ética, pois responsabilidade está ligada à noção de compromisso e esse compromisso traz a marca não apenas da política, no sentido amplo, mas da moral (RIOS.1993).

Reforçando estas ideias, Gramsci realça as potencialidades que têm o ser social de passar do reino da necessidade ao reino da liberdade, ou seja, a compreensão de que “este ser é resultado da articulação de determinismo e liberdade, de causalidade e dever-ser. A vida social no pensamento gramsciano é, portanto, produto da ação dos homens na qual a consciência e vontade aparecem como fatores decisivos na transformação do real, sem deixar de levar em conta, contudo, as condições históricas objetivas que existem independentemente da consciência e da vontade humanas (SIMIONATTO, 1995, p.47).

A realidade social é uma totalidade em movimento e ela só pode ser entendida na medida em que se capture esta dinâmica, o que implica em identificar o progresso histórico, porém não pensado linearmente, por meio de cortes entre passado/presente e futuro e nem como uma sucessão de fatos, mas numa relação dialética de continuidades e rupturas entre passado e presente.

Vivemos um momento com muitas incertezas. A rapidez, a profundidade e a imprevisibilidade das transformações recentes imprimiram ao tempo presente uma característica peculiar: há uma dificuldade muito grande de nossos conhecimentos darem conta do que se passa, de analisarmos profundamente as diversidades, contradições e as novas conquistas que se apresentam no tecido social.

Nesta direção, Paulo Freire afirma que o conhecimento é um processo de reaprender, de buscar, de pesquisar, de trocar, de arriscar-se na aventura do saber e do viver com responsabilidade, em busca da verdade e da dignidade humana.

Reafirmando esta ideia ele nos diz que o ser humano deve aproveitar toda a oportunidade para testemunhar o seu compromisso com a realização de um mundo

melhor, mais justo, menos feio, mais substantivamente democrático (FREIRE, 2000a, p.30).

Atualmente, a exaltação do novo em oposição ao antigo nos faz perder de vista a processualidade dos fatos, nos impedindo de compreender as continuidades e rupturas, ou seja, nos impossibilitando de capturar elementos que se repetem e que permanecem ao longo da História e de detectar aqueles que mudam, acompanhando o ritmo das transformações societárias.

Tem-se muito o que conhecer; estamos todos diante de desafios que obrigam a desvendar os espaços de interconexão no transcurso do tempo, como forma de entender a continuidade e a mudança no marco das determinações históricas. Nós, sujeitos em ação, temos que construir explicações e entendermos as novas formas do social, para que possamos agir de forma consciente na busca de uma organização social e política mais justa, mais igualitária e mais humana.

A nova morfologia do social produzida pelo processo de formação da sociedade global apresenta múltiplas dimensões. Produziram-se, além das classes sociais, outras transversalidades na produção da organização social, tais como as relações de gênero, as relações raciais, culturais, profissionais e religiosas, a alterações das culturas locais, entre outras. Multiplicaram-se as formas de organização dos grupos sociais, mediante as infindáveis possibilidades de associações, em torno de interesses e de objetivos variados; a multiplicidade das formas de violência como um dilaceramento da cidadania adquiriu novos contornos.

A pobreza extrema, não só nacional como mundial, o agravamento das desigualdades sociais, a degradação ambiental, as transformações no mundo do trabalho urbano e rural, o deslocamento intenso de pessoas – migrantes, imigrantes, refugiados – as redes locais e planetárias de informação e comunicação, a individualização dos sujeitos, o novo papel das cidades e das metrópoles, o rompimento das instituições políticas e sociais tradicionais, as relações determinadas pela internet, em busca de novas identidades e formas de sociabilidade e a internacionalização da produção, entre muitos outros aspectos, são questões que envolvem a complexidade da vida contemporânea, acentuando-se as velhas contradições do sistema capitalista e

apresentando-se novos desafios para a leitura e o entendimento deste novo momento da História.

Com certeza, não se pode ficar esperando os acontecimentos deste novo século, mas deve-se debater o que o século XXI pode esperar de nós. Deve-se exercitar o diálogo, suspender os preconceitos, ter mais ousadia, mais criatividade e mais responsabilidade com os rumos históricos de nossa sociedade. Esta é mais uma face da boniteza freiriana que a vida ecoa para cada um de nós. Estamos em um momento de esperança, mas também de muita luta, de muita vontade para guiar-se por nossa consciência, como sujeitos de direitos e deveres.

Nesta direção, é necessária uma consciência unitária do pertencimento. Temos que ser zeladores do bem-estar da terra e pensar que não *estamos no* mundo, mas *somos o* mundo. Cabe-nos perguntar que valores universais se apresentam como fundamentais para os dias de hoje e para as futuras décadas do milênio.

De imediato, daqueles tantos valores presentes, explícita ou implicitamente, nas concepções humanistas de Paulo Freire, estes nos vêm à mente:

- A liberdade – sem dúvida deve continuar sendo um valor essencial para a espécie humana, conquistado na modernidade e deve ser buscada por meio de luta social;
- a solidariedade – temos que reaprender a viver formas mais comunitárias, com a presença e consciência do outro presente em nós;
- a responsabilidade compartilhada – visando ao princípio da sustentabilidade e da esperança em um futuro melhor para as novas gerações e
- a tolerância – que tem que ser exercitada, para que possamos conviver com o diferente. Vale se destacar, aqui, que, segundo Paulo Freire, a tolerância é uma virtude humana; é um papel mutuamente desenvolvido na relação de convivência entre indivíduos, visto que baseado na relação humana. Assim, a pessoa não é tolerante porque é superior, mas é tolerante porque reconhece no outro alguém que possui uma posição diferente da dele.

Com isso, não podemos afirmar que ser tolerante é viver sem tensão. A tolerância não exime da convivência a curiosidade e a luta por direitos iguais e dias melhores. Respeitar as diferentes opiniões não é abster-se da luta e do diálogo e nem, muito menos, assumir uma postura de manutenção de posições exclusivistas e opressoras. Segundo Paulo Freire:

A tolerância genuína, por outro lado, não exige de mim que concorde com aquele ou aquela a quem tolero ou também não me pede que a estime ou o estime. O que a tolerância autêntica demanda de mim é que respeite o diferente, seus sonhos, suas ideias, suas opções, seus gostos, que não o negue só porque é diferente. O que a tolerância legítima termina por ensinar é que, na sua experiência, aprendo com o diferente. (FREIRE, 2005, p.15)

Como se alcançar a estes valores? Paulo Freire nos ilumina nesta direção, mostrando a importância da palavra e da linguagem desde que se assuma o emprego da linguagem inclusiva, visto que a excluir é mais um dos meios de dominação vigente:

A palavra é entendida, como palavra e ação: não é o termo que assinala arbitrariamente de um pensamento que, por sua vez, discorre separado da existência. É significação produzida pelas “práxis”, palavra cuja discursividade flui da historicidade – palavra viva e dinâmica, não categoria inerte. Palavra que diz e transforma o mundo (FREIRE, 1979, p.15).

Temos que ter a capacidade de escutar, de acolher e recolher dentro de si, de nós mesmos, o que se ouve do outro, na dialogicidade e na politicidade, que são pilares da teoria ético-político-educativa, conforme nos ensina Paulo Freire. Temos que construir uma prática transformadora e libertadora. Uma luta pela plenificação e dignificação das vidas humanas, sem limites e sem discriminação, conforme ele enfatiza.

O diálogo permite o encontro das pessoas para transformar a realidade, apesar de ser a apropriação do conhecimento uma prerrogativa individual, necessitamos do outro para conhecer, pois é um processo social e o diálogo é a amálgama desse processo. Isto é uma boniteza que envolve socialização e ação, como consequência do diálogo mútuo, dentro da dialogicidade freiriana.

Reforçando-se os ensinamentos de Paulo Freire (1979, p.15), “a palavra viva é diálogo existencial. Expressa e elabora o mundo, em comunicação e colaboração. O diálogo autêntico – reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro – é

decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum. Não há consciências vazias; por isto os homens não se humanizam, senão humanizando o mundo.” Esta é uma das faces centrais da ideia freireana:

[...] na perspectiva de uma Educação libertadora, defendemos uma sociedade menos injusta para, aos poucos, ficar mais justa. Uma sociedade em que a gente tenha gosto de viver, de sonhar, de namorar, de amar, despertadora da curiosidade, mantenedora da curiosidade, (FREIRE, 2001, p.101)

Considerações

Concluindo, observa-se que a Sociologia nasce com a modernidade e com ela o sujeito social assume uma centralidade em suas análises. A proposta da modernidade visava à construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais humana, o quê, de fato não aconteceu. A pós-modernidade, por sua vez, vem trazendo novos contornos e desafios para os sujeitos, em sua luta pela humanização do mundo e por uma sociedade mais igualitária em seu papel histórico.

Para Paulo Freire, o sentido de sua Educação Libertadora é: a liberdade, a esperança, a imaginação criadora, a alegria de aprender, o direito ao sonho e à alegria, o acesso à arte e à cultura, a apropriação da linguagem e da escrita, a produção do saber, a postura moral e ética, a disposição para lutar e ser sujeito da História, entre outros.

Desta forma, cabe a todos nós mostrarmos nossa indignação diante de ideias sectárias que impeçam o direito à diversidade nas mais diversas situações. Como sujeitos da História, temos que buscar um mundo mais humano e mais esperançoso, onde todos possam viver em paz e com plena liberdade, tendo uma vida mais feliz e amorosa, conforme nos ensina Paulo Freire, em todo o processo de construção do seu pensamento.

Ao terminar este texto, expressei minha particular alegria e gratidão pela vida, que me permitiu a oportunidade de ter conhecido Paulo Freire mais de perto e de ter usufruído de sua amizade sincera, convivendo com sua forma amorosa de ser e empática de reconhecer o outro. Escrever, ainda que muito pouco, sobre a essência das ideias de nosso Patrono da Educação foi um bálsamo para minha alma, um reforço e um estímulo ao compromisso histórico de luta por uma sociedade mais justa e humana. Suas ideias

estão cada vez mais vivas em todos nós, reforçadas neste ano de 2021 com a comemoração de seu centenário.

REFERÊNCIAS:

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada** – Vidas Contadas e Histórias Vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BAUMAN Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAUMAN Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini (org.). **Mudanças de Sentido, Sujeitos e Cidadania** – Novos paradigmas em ciências sociais. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2005.

DURKHEIM, Émile. **A Ciência Social e a ação**. São Paulo: Difel, 1975.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ENRIQUEZ, Eugéne. **O Outro, semelhante ou inimigo?** In: NOVAES, Adauto (org.) *Civilização e Barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural Para a Liberdade e outros escritos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000a.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da solidariedade**. Indaiatuba: Villa das Letras, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 21ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 51ª edição. São Paulo/ Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015a.

FREIRE, Paulo. **Professora, sim; tia, não!** 25ª edição. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2015b.

FREIRE, Ana Maria Araújo (org.) **Pedagogia dos Sonhos Possíveis.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FREIRE, Ana Maria Araújo (org.) **Pedagogia da Tolerância.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da Sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez Editora. (Col. Questões de Nossa Época), 2005.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e Competência.** 7ª edição. São Paulo: Cortez Editora. (Col. Questões de Nossa Época), 1993.

ROUANET, Sergio Paulo. **Mal-estar na Modernidade.** 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SENNETT, Richard. **Juntos** – os rituais, os prazeres e a política da cooperação. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

SIMIONATTO, Ivete. **GRAMSCI:** sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SIMMEL, G. Sociabilidade – um Exemplo de Sociologia Pura ou Formal. In: MORAES FILHO, E.de (org.). **SIMMEL.** São Paulo: Ática. (Col. Grandes Cientistas Sociais), 1983.

Recebido em: 02.09.21

Aprovado em: 01.11.21